

3A MINING S.A.

CNPJ/MF nº 14.482.711/0001-54

NIRE 35.300.414.365

SEDE

Nº 13

OV 2022



OCOLO

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 01 DE NOVEMBRO DE 2022**

(I) **DATA, HORÁRIO E LOCAL:** 01 de novembro de 2022, às 09:00 horas, na sede da Companhia, na Rua Pais de Araújo, 29, 9º andar, Conj. 93, sala 4, CEP 04531-940, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária os acionistas da sociedade por ações de capital fechado 3A MINING S.A. ("Companhia").

(II) **MESA:** Alexandre de Mendonça Wald, Presidente da Mesa; (ii) Arnaldo Wald Filho, Secretário da mesa.

(III) **CONVOCAÇÃO:** Dispensada em razão de haver comparecido a totalidade dos acionistas nos termos do §4º, do artigo 124, da Lei nº 6.404/76 ("LSA").

(IV) **PRESENCAS:** Acionistas representando a totalidade do capital social.

(V) **ORDEM DO DIA:** Em Assembleia Geral Ordinária: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2021; (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido dos exercícios e a distribuição de dividendos, se existentes; em Assembleia Geral Extraordinária: (iii) Aprovar aumento de Capital da Companhia no valor de R\$27.401.800,00 (vinte e sete milhões, quatrocentos e um mil e oitocentos reais), mediante a emissão de 27.401.800 (vinte e sete milhões, quatrocentas e uma mil e oitocentas), novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; (iv) Aprovar a capitalização dos créditos detidos pelos acionistas em face da Companhia em virtude da realização de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFACs; (v) Alterar a redação do Artigo 5º do Estatuto Social para refletir a deliberação acima; e (vi) Consolidar o Estatuto Social da Sociedade de acordo com as modificações implementadas em razão das deliberações a serem tomadas.

(VI) **DELIBERAÇÕES:** Dando início aos trabalhos, declarou-se estar aberta a Assembleia

SP
DE
15

2022

OLO

Geral Extraordinária. Foi lida e discutida a matéria constante da Ordem do Dia e autorizada a publicação da presente Ata em forma de sumário, nos termos do art. 130, §1º da LSA. Prosseguindo, o Sr. Presidente colocou em votação os itens da Ordem do Dia, que foram aprovados pela unanimidade dos acionistas:

Em Assembleia Geral Ordinária

(i) Demonstrações financeiras, contas dos administradores e parecer da Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

1.1. Os acionistas dispensaram a presença na Assembleia do representante dos auditores independentes da Companhia, conforme autorizado pelo §2º do art. 134 da LSA, e aprovaram, sem restrições, o relatório da administração, o balanço geral, as demonstrações financeiras e o Parecer da Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda., relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021, conforme documentos anexos à presente Ata (Anexo II).

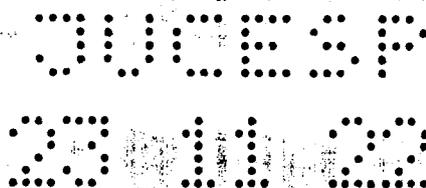
(ii) Destinação dos lucros

2.1. Consigna-se que, uma vez que não houve lucro nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021, a Diretoria deixou de apresentar proposta de distribuição de dividendos.

Em Assembleia Geral Extraordinária

(iii) Aumento do capital social da Companhia

3.1. Constatada a integralização total do capital social, os acionistas resolvem aumentá-lo em R\$27.401.800,00 (vinte e sete milhões, quatrocentos e um mil e oitocentos reais), mediante a emissão de 27.401.800 (vinte e sete milhões, quatrocentas e uma mil e oitocentas) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas Arnoldo Wald Filho e Alexandre de Mendonça Wald, na forma estabelecida nos Boletins de Subscrição anexos à presente Ata (Anexo II e Anexo III), em conformidade com o



disposto no art. 170 da LSA.

3.2. Em vista do aumento do capital social ora aprovado, este passa de R\$22.529.646,00 (vinte e dois milhões, quinhentos e vinte e nove mil, seiscentos e quarenta e seis reais), representado por 22.529.646 (vinte e dois milhões, quinhentas e vinte e nove mil, seiscentas e quarenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal para R\$49.931.446,00 (quarenta e nove milhões, novecentos e trinta e um mil, quatrocentos e quarenta e seis reais), representado por 49.931.446 (quarenta e nove milhões, novecentas e trinta e uma mil, quatrocentas e quarenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas.

(iv) Capitalização dos créditos detidos por acionistas em face da Companhia em razão da realização de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFACs

4.1. Fica aprovada a capitalização dos créditos detidos pelos acionistas Arnoldo Wald Filho e Alexandre de Mendonça Wald em face da Companhia, decorrentes de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFACs por eles realizados, para fins de integralização total das ações subscritas nesta data, conforme abaixo especificado, e nos respectivos Boletins de Subscrição anexos à presente Ata (Anexos III e IV).

4.2. O acionista Arnoldo Wald Filho utiliza o crédito que detém em face da Companhia, no valor total de R\$13.700.900,00 (treze milhões, setecentos mil e novecentos reais), para a integralização de 13.700.900 (treze milhões, setecentas mil e novecentas) ações, nominativas e sem valor nominal por ele subscritas, sendo que deste total, R\$401.800,00 (quatrocentos e um mil e oitocentos reais) foram aportados como AFAC na Companhia da seguinte forma:

4.2.1. 01 (um) veículo da marca Mitsubishi - Modelo L200 – Triton Outdoor GLX 2.4 - Ano 2021/2022 – Cor Prata – CHASSI: 93XDJKL1TNCM47984 - Placa RKE5B78, no valor de R\$200.900,00 (duzentos mil e novecentos reais); e

4.2.2. 01 (um) veículo da marca Mitsubishi - Modelo L200 – Triton Outdoor GLX 2.4 - Ano 2021/2022 – Cor Prata – CHASSI: 93XDJKL1TNCM48013 - Placa RJR5C14, no valor de R\$200.900,00 (duzentos mil e novecentos reais).



4.3. O acionista Alexandre de Mendonça Wald utiliza o crédito que detém em face da Companhia, no valor total de R\$13.700.900,00 (treze milhões, setecentos mil e novecentos reais), para a integralização de 13.700.900 (treze milhões, setecentas mil e novecentas) ações, nominativas e sem valor nominal por ele subscritas.

(v) Alterar a redação do Artigo 5º do Estatuto Social

5.1. Em decorrência das deliberações acima, resolvem os acionistas alterar a redação do Artigo 5º, que passa, a vigorar conforme abaixo:

“Artigo 5º

O capital social é de R\$49.931.446,00 (quarenta e nove milhões, novecentos e trinta e um mil, quatrocentos e quarenta e seis reais), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 49.931.446 (quarenta e nove milhões, novecentas e trinta e uma mil, quatrocentas e quarenta e seis) ações, sendo todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal.”

(vi) Consolidação do estatuto Social da Companhia

6.1. Aprovam a consolidação do Estatuto Social da Companhia na forma do Anexo I à presente Ata.

(VII) ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos e suspendeu a Assembleia pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelos presentes.

Certifico que a ata é cópia fiel lavrada em livro próprio.

São Paulo, 01 de novembro de 2022.

Alexandre de Mendonça Wald
Presidente

Arnoldo Wald Filho
Secretário

933000
02 11 02

JUCESP
23 NOV 2022

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONOMICO - JUCESP

peruf
BISELA SIMIEMA CESCHIN
SECRETÁRIA GERAL

CERTIFICADO DE REGISTRO
SOB O NÚMERO:
663.852/22-5



JUCESP

OAB/SP
20 11 22

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu **Aparecido Júnior Rodrigues**, com inscrição ativa na OAB/SP sob o nº 329.715, expedida em 27.02.2013, inscrito no CPF nº 083.055.228-65, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

Documentos apresentados:

- Cópia da OAB do Aparecido Junior Rodrigues (contendo 01 pagina);
- Cópia das Demonstrações Contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente. (contendo 25 páginas).

São Paulo , 17 de novembro de 2022.

APARECIDO JÚNIOR RODRIGUES

ANEXO I**3A MINING S.A.****CNPJ/MF nº 14.482.711/0001-54****NIRE 35.300.414.365****ESTATUTO SOCIAL****CAPÍTULO I****DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

Artigo 1º - A Sociedade denomina-se “3A MINING S.A.”, constituindo-se em uma sociedade por ações de capital fechado, regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis.

Artigo 2º - A Sociedade tem sede e foro na Rua Pais de Araújo 29, 9º andar, conj. 93, sala 4, Bairro Itaim Bibi, CEP 04531-940, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo abrir filiais, agências ou escritórios por deliberação da Diretoria.

Parágrafo Único

A sociedade possui as seguintes filiais:

(i) filial na Cidade de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul, na Área Rural – Rodovia BR 262 KM 18 – CEP 79349-899, inscrita no CNPJ/MF nº 14.482.711/0002-35 e NIRE 54.920.057.688, cujo objeto social é a pesquisa, lavra, exploração e o aproveitamento das jazidas minerais no território nacional; e

(ii) filial na Cidade de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul, na Avenida General Rondon, nº 1.590, Centro – CEP 79330-020, inscrita no CNPJ/MF nº 14.482.711/0003-16 e NIRE 54920064323, sendo o escritório administrativo da Companhia.

Artigo 3º - A Companhia tem por objeto social:

- (i) a pesquisa, lavra, comercialização, exploração e o aproveitamento das jazidas minerais no território nacional; e
- (ii) constituir ou participar, sob qualquer modalidade, de outras sociedades, consórcios ou entidades cujos objetos sociais sejam, direta ou indiretamente e, vinculados, acessórios ou instrumentais ao seu objeto social.

Artigo 4º - A Sociedade terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II

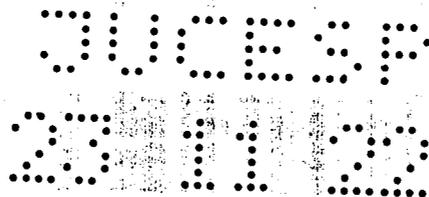
CAPITAL SOCIAL

Artigo 5º - O capital social é de R\$49.931.446,00 (quarenta e nove milhões, novecentos e trinta e um mil, quatrocentos e quarenta e seis reais), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 49.931.446 (quarenta e nove milhões, novecentas e trinta e uma mil, quatrocentas e quarenta e seis) ações, sendo todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro. Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações sociais.

Parágrafo Segundo: Mediante aprovação de acionistas representando a maioria do capital social, a Sociedade poderá adquirir as próprias ações para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, sem diminuição do capital social, para posteriormente aliená-las, observadas as normas legais e regulamentares em vigor.

Parágrafo Terceiro. As ações representativas do capital social revestirão sempre a forma nominativa e ao menos 51% (cinquenta e um por cento) de tais ações deverá pertencer sempre a brasileiros.



CAPÍTULO III ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 6º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

Parágrafo Primeiro. A Assembleia Geral será presidida por acionistas ou Diretor eleito no ato, que convidará, dentre os Diretores ou acionistas presentes, o secretário dos trabalhos.

Parágrafo Segundo. As deliberações das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, ressalvadas as exceções previstas em Lei e sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social, serão tomadas por acionistas representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, não computando-se os votos em branco.

CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO

Artigo 7º

A administração da Sociedade será exercida por uma Diretoria composta por 2 (dois) membros, ambos sem designação específica, podendo ser acionistas ou não, residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição. Vencido o mandato, os Diretores continuarão no exercício de seus cargos, até a posse dos novos Diretores eleitos.

Parágrafo Primeiro. Os Diretores ficam dispensados de prestar caução.

Parágrafo Segundo. A investidura dos Diretores nos cargos far-se-á por termo lavrado no livro próprio.

Parágrafo Terceiro. As deliberações da Diretoria serão tomadas por unanimidade de votos.

Parágrafo Quarto. A administração da Sociedade caberá sempre a maioria de brasileiros.

Parágrafo Quinto. O quadro de pessoal será sempre constituído de, pelo menos, 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros.

Artigo 8º

No caso de impedimento ocasional de um Diretor, suas funções serão exercidas pelo outro Diretor.

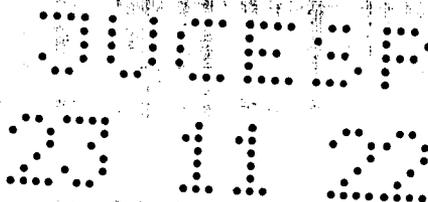
Artigo 9º

Caberá aos Diretores ou ao(s) procurador(es) por eles nomeado(s), a prática dos atos necessários ou convenientes à administração da Sociedade, dispondo, para tanto, de todos os poderes necessários para (a) a representação da Sociedade em Juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, inclusive perante quaisquer repartições públicas federais, estaduais ou municipais; (b) a administração, a orientação e a direção dos negócios sociais; e (c) a assinatura de quaisquer documentos, mesmo quando importarem em responsabilidades ou obrigações para a Sociedade.

Artigo 10º

Qualquer documento que obrigue a Sociedade ou que isente quaisquer terceiros de responsabilidades perante a Sociedade deverá ser assinado (a) por qualquer Diretor agindo isoladamente; ou (b) por 2 (dois) procuradores agindo em conjunto, de acordo com os limites estabelecidos nas suas procurações.

Parágrafo Único. As procurações deverão ser outorgadas por qualquer Diretor agindo isoladamente e, além de mencionarem expressamente os poderes conferidos, deverão, com exceção daquelas para fins judiciais, conter um período de validade determinado.

**Artigo 11º**

São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Sociedade, os atos praticados por seus Diretores ou quaisquer dos seus procuradores, empregados ou funcionários, que a envolverem em quaisquer obrigações ou responsabilidades relativas a negócios e/ou operações estranhas ao seu objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros.

Artigo 12º

A Assembleia Geral de Acionistas fixará o limite de remuneração global anual e individual para os Diretores.

CAPÍTULO V**CONSELHO FISCAL****Artigo 13º**

A Sociedade terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente que, quando instalado, deverá ser composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Único. Os membros do Conselho Fiscal, quando em funcionamento, serão eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para um mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

CAPÍTULO VI**DISPOSIÇÕES GERAIS****Artigo 14º**

O exercício social da Sociedade coincide com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Quando do encerramento do exercício social, a Sociedade preparará um balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas por Lei.

Artigo 15º

Os lucros apurados em cada exercício terão o destino que a Assembleia Geral lhes der, conforme recomendação da Diretoria, depois de ouvido o Conselho Fiscal, quando em funcionamento, e depois de feitas as deduções determinadas em Lei.

Artigo 16º

Mediante decisão de acionistas representando a maioria do capital social, a Sociedade poderá preparar balanços intercalares a qualquer momento, a fim de determinar os resultados e distribuir lucros em períodos menores.

Artigo 17º

A distribuição de lucros da Sociedade deverá ocorrer sempre de forma proporcional à participação societária de cada acionista na Sociedade, que distribuirá, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável.

Parágrafo Único. A Sociedade distribuirá dividendos, em relação a lucros apurados no último exercício social findo ou em exercícios anteriores, tendo como política a distribuição da totalidade do lucro apurado, remanescendo na Sociedade apenas a parcela do lucro destinada a reservas específicas, se houver, e a quantia necessária à manutenção dos seus ativos e despesas correntes.

Artigo 18º

A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, com o quorum de acionistas representando a maioria do capital social, a qual determinará a forma de sua liquidação, elegerá o(s) liquidante(s) e fixará a sua remuneração.

Artigo 19º

Nenhum dos acionistas poderá, direta ou indiretamente, ceder, transferir ou de qualquer outra forma alienar ou prometer alienar qualquer de suas ações a terceiros, à exceção de a empresas

por eles controladas e/ou a seus herdeiros e sucessores a qualquer título, sem que previamente seja dada preferência, em igualdade de condições, aos demais acionistas, para aquisição da totalidade das ações oferecidas, proporcionalmente às suas participações no capital social, os quais deverão se manifestar no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data do recebimento da comunicação escrita enviada pelo acionista ofertante sobre suas intenções de exercer seus direitos de preferência, inclusive em relação a eventuais sobras.

Artigo 20º

Todas as controvérsias decorrentes do presente Estatuto Social serão resolvidas, em definitivo, por arbitragem, a ser processada de acordo com o Regulamento do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil Canadá (“Regulamento”) e administrada pela referida instituição.

Parágrafo Primeiro. A arbitragem será conduzida por três árbitros, nomeados na conformidade do Regulamento, sendo que o Presidente do Tribunal Arbitral será escolhido pelos dois co-árbitros, após ouvidas as partes, que poderão recusá-lo, tudo no prazo de quinze dias, contados da indicação ou confirmação, pela aludida instituição, dos co-árbitros. Havendo pluralidade de Demandantes e/ou de Demandados, todas as Partes que compuserem o mesmo polo do procedimento arbitral indicarão, em conjunto, um co-árbitro. Na ausência de consenso entre as Partes pertencentes a um mesmo polo quanto ao co-árbitro a ser por elas indicado, este será indicado pelo Presidente do Centro. Neste caso, a falta de consenso de um dos polos não afetará a indicação do co-árbitro feita pela(s) Parte(s) pertencente(s) ao polo adverso, que permanecerá válida e eficaz, nem a indicação do Presidente do Tribunal Arbitral pelos co-árbitros assim indicados.

Parágrafo Segundo. A sede da arbitragem será a Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, e o idioma da arbitragem será o português. A lei aplicável ao mérito da arbitragem será a lei brasileira, sendo vedado o julgamento por equidade.

Parágrafo Terceiro. Qualquer sentença arbitral, parcial ou final, será definitiva, eficaz e

vinculará as partes. O Tribunal Arbitral deverá, na sentença, fixar o valor total dos encargos relativos à arbitragem, inclusive taxas, encargos, despesas e honorários dos árbitros, peritos, advogados e assistentes técnicos, bem como decidir qual das Partes arcará com o seu pagamento, ou em que proporção serão repartidos entre as Partes.

Parágrafo Quarto. Antes da constituição do tribunal arbitral, as Partes poderão requerer diretamente ao Poder Judiciário medidas cautelares ou antecipações de tutela, o que não afetará a existência, validade e eficácia da presente convenção de arbitragem. Tais medidas só prevalecerão até a instauração da arbitragem quando o tribunal arbitral poderá mantê-las, modificá-las ou extingui-las.

Parágrafo Quinto. As Partes concordam que a arbitragem deverá ser confidencial e seus elementos (incluindo-se, sem limitação, as alegações das Partes, provas, laudos e outras manifestações de terceiros e quaisquer outros documentos apresentados ou trocados no curso do procedimento arbitral) somente serão revelados ao Tribunal Arbitral, às Partes, aos seus advogados e a qualquer pessoa necessária ao desenvolvimento da arbitragem, exceto se a divulgação for exigida para cumprimento das obrigações impostas por lei ou por qualquer autoridade reguladora ou judiciária.

Parágrafo Sexto. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo exclusivamente para: (i) os casos em que for necessário o apoio do Poder Judiciário para o bom andamento da arbitragem; (ii) o ajuizamento da ação para decretação de nulidade da sentença arbitral prevista no art. 33, caput, da Lei 9.307/96; e (iii) a execução judicial da sentença arbitral.

Parágrafo Sétimo. Os acionistas, a Sociedade, seus órgãos e administradores, nomeados na forma da lei e deste Estatuto Social, estão expressamente vinculados pela presente cláusula compromissória.



ANEXO II

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PARECER DA GRANT THORNTON
AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA.**

Este documento foi assinado digitalmente por Arnaldo Wald Filho e Alexandre De Mendonca Wald.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br> e utilize o código CF93-74D9-5B4C-1705.



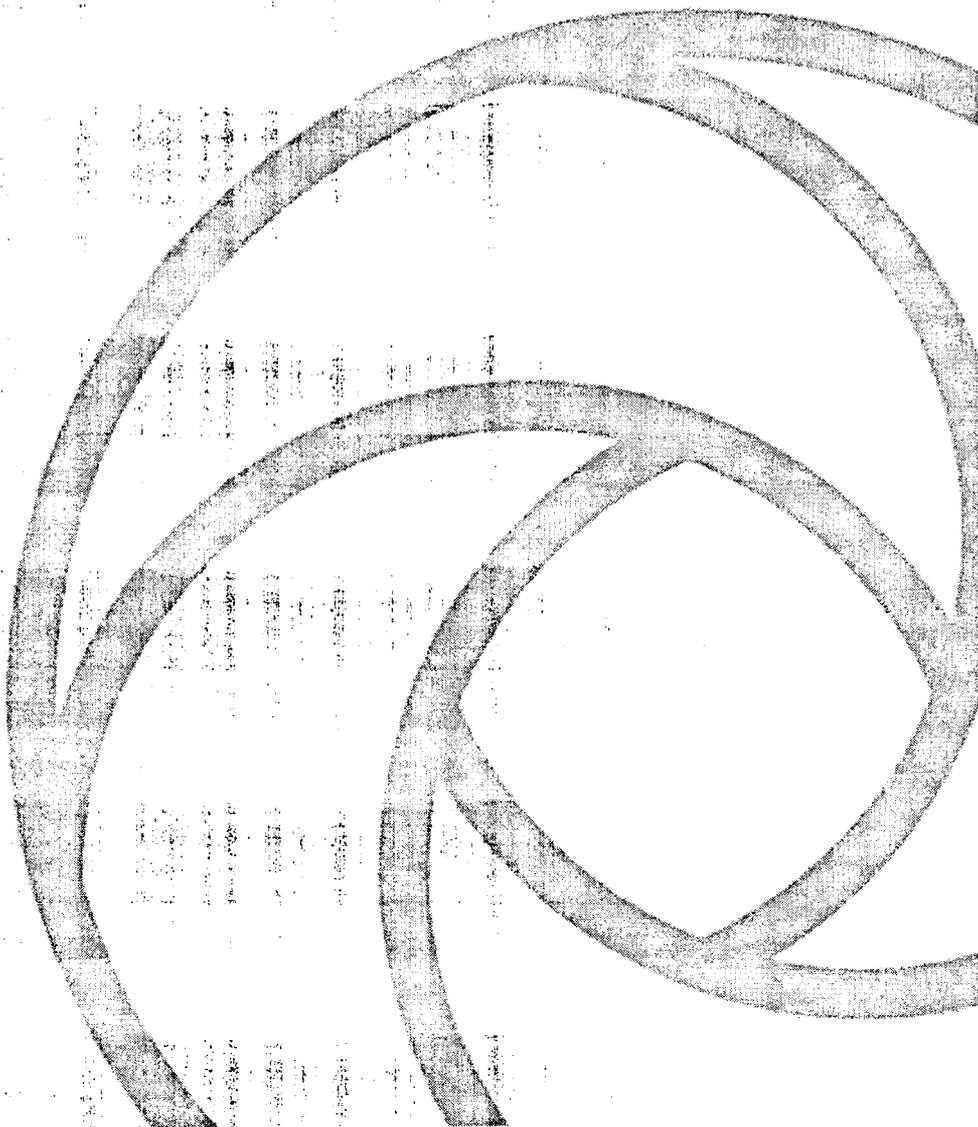
Grant Thornton



3A Mining S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020





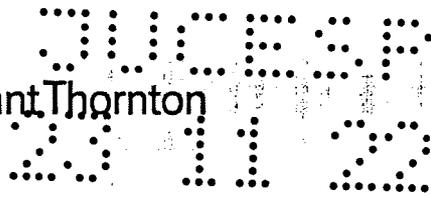
DUCEP
Grant Thornton

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020	12



Grant Thornton



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores e Quotistas da
3A Mining S.A.
São Paulo – SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da 3A Mining S.A. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme nota explicativa 6, durante o exercício de 2018, Empresa incorreu em determinados gastos com honorários advocatícios (Melke & Prado Associados SS) no montante de R\$450.000, os quais foram incorretamente capitalizados na rubrica Investimentos em Estudos Minerários, no ativo intangível (ativo não circulante). A Empresa efetuou a baixa desse ativo no transcorrer do exercício de 2021 contra lucros acumulados (patrimônio líquido), entretanto, não efetuou a rerepresentação dos saldos dos exercícios anteriores, conforme requerido pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, estando também o ativo não circulante e patrimônio líquido superavaliado em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$450.000.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis".

Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.



Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da Empresa. Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que indicam que, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Empresa estava em fase pré-operacional, investindo no desenvolvimento de jazidas, e, portanto, incorrendo em prejuízos sucessivos e dependendo de aportes financeiros de seus acionistas para manutenção dos negócios. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.



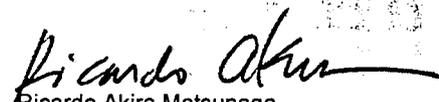
Grant Thornton

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;

- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 04 de agosto de 2022


Ricardo Akira Matsunaga

Contador CRC 1SP-296.382/O-1

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0



3A Mining S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	667.309	31.513
Adiantamentos a fornecedores	-	487.004	6.600
Outros ativos	-	-	1.162
Tributos a recuperar	-	11.382	-
Total do ativo circulante		1.165.695	39.275
Ativo não circulante			
Impostos a Recuperar	-	34.017	-
Imobilizado	5	8.233.033	454.904
Intangível	6	1.671.676	2.121.676
Total do ativo não circulante		9.938.726	2.576.580
Total do ativo		11.104.421	2.615.855

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



3A Mining S.A.

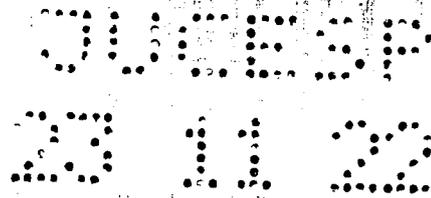
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Passivo circulante			
Fornecedores	9	281.297	5.635
Salários e obrigações trabalhistas	-	51.452	-
Tributos a recolher	10	73.570	14
Passivos de arrendamento	8	168.770	-
Total do passivo circulante		575.089	5.649
Passivo não circulante			
Passivos de arrendamento	8	328.259	-
Total dos passivos não circulantes		328.259	-
Patrimônio líquido			
Capital social	11	4.038.328	3.678.328
AFAC	11	9.491.317	110.000
Prejuízos acumulados	-	(3.328.572)	(1.178.122)
Total do patrimônio líquido		10.201.073	2.610.206
Total do passivo e patrimônio líquido		11.104.421	2.615.855

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



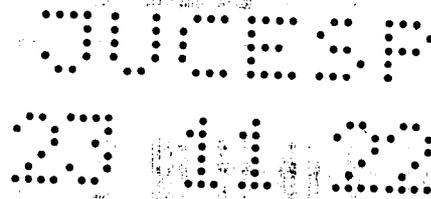
3A Mining S.A.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receitas e despesas operacionais			
Despesas administrativas	12	(1.583.924)	(23.750)
Outras receitas (despesas) operacionais	-	(96.142)	(971)
Prejuízo operacional		(1.680.066)	(24.721)
Receitas (despesas) financeiras	13	(19.564)	232
Resultado financeiro		(19.564)	232
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.699.630)	(24.489)
Imposto de renda e contribuição social	-	(820)	(330)
Prejuízo líquido do exercício		(1.700.450)	(24.819)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



3A Mining S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Prejuízo líquido do exercício	(1.700.450)	(24.819)
Ajuste de anos anteriores	(450.000)	
Resultado abrangente do exercício	<u>(2.150.450)</u>	<u>(24.819)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

3A Mining S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

				(Em reais)			
				Capital social	AFAC	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (Não Auditado)				2.438.000	1.240.328	(1.153.303)	2.525.025
Prejuízo do exercício				-	-	(24.819)	(24.819)
AFAC - Adiantamento para futuro aumento de capital 11.4				-	110.000	-	110.000
Integralização de AFAC 11.4				1.240.328	(1.240.328)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020				3.678.328	110.000	(1.178.122)	2.610.206
Prejuízo do exercício				-	-	(1.700.450)	(1.700.450)
AFAC - Adiantamento para aumento futuro de capital 11.4				-	9.741.317	-	9.741.317
Integralização de AFAC 11.4				360.000	(360.000)	-	-
Ajuste de anos anteriores				-	-	(450.000)	(450.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2021				4.038.328	9.491.317	(3.328.572)	10.201.073

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



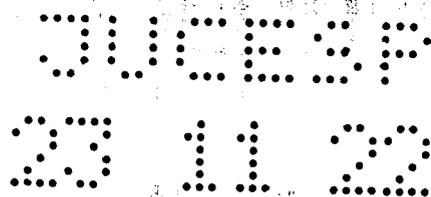
3A Mining S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(1.700.450)	(24.819)
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalente de caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	46.978	484
Despesa financeira Ajuste a Valore presente	21.129	
	(1.632.343)	(24.335)
(Acréscimo) decréscimo de ativos e passivos:		
Adiantamentos a Fornecedores	(480.404)	613
Créditos	1.162	-
Impostos a recuperar	(45.399)	-
Tributos a recolher	73.556	(300)
Fornecedores e outras obrigações	275.662	142
Salários e obrigações trabalhistas	51.452	-
Caixa aplicado nas atividades operacionais	(1.756.314)	(23.880)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(7.349.207)	(82.573)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(7.349.207)	(82.573)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	9.741.317	110.000
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	9.741.317	110.000
Redução de caixas e equivalentes de caixa	635.796	3.547
No início do exercício	31.513	27.966
No final do exercício	667.309	31.513
Redução de caixas e equivalentes de caixa	635.796	3.547

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A 3A Mining S.A. ("Empresa") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede Rua Pais de Araújo 29, 9º andar, conj. 93, sala 4, Bairro Itaim Bibi, CEP 04531-940, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A sociedade possui uma filial na Cidade de Corumbá, Estado do Mato Grosso do Sul, na Área Rural – Rodovia BR 262 KM 18 – CEP 79349-899, cujo objeto social é a pesquisa, lavra, exploração e o aproveitamento das jazidas minerais no território nacional.

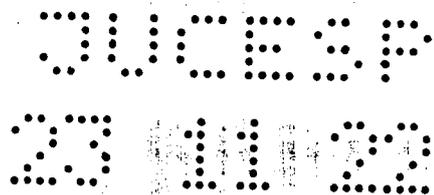
Em 31 de dezembro de 2020 e 2021 a empresa estava em fase pré-operacional, investindo no desenvolvimento de jazidas, e, portanto, incorrendo em prejuízos sucessivos e dependendo de aportes financeiros de seus acionistas para a manutenção dos negócios.

A 3A é uma empresa de mineração cujo produto – minério de ferro – é um dos melhores do mundo, por sua qualidade química e física. Suas reservas têm aproximadamente 500 milhões de toneladas e estão localizadas no Município de Corumbá, Mato Grosso do Sul. A capacidade instalada permite a produção de 1,5 milhões de toneladas por ano de minério premium e já há uma expansão em curso para dobrar a produção em 2023, atingindo 3 milhões de toneladas por ano.

1.1. Impactos da Covid sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Empresa tem analisado e tomado ações para preservar a integridade de pessoas e ativos, bem como manter a continuidade dos seus negócios. Entre as ações em andamento, atendendo às determinações das autoridades competentes, foram adotadas todas as recomendações sanitárias para o uso de equipamentos de proteção individual aos colaboradores localizados nas minas em desenvolvimento, bem como nos escritórios administrativos.

Por estar em um estágio pré-operacional, os resultados da Empresa não foram impactados pela pandemia. Entretanto, a Administração monitora continuamente a evolução da COVID-19 e seus potenciais impactos para os negócios.



2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Empresa foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, que incluem todas as informações relevantes correspondentes às utilizadas na gestão da Empresa, foram aprovadas em 04 de agosto de 2022.

b) Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº5** – Análise de risco para determinar a provisão para perdas esperadas;
- **Nota Explicativa nº8** – Vida útil do ativo imobilizado e respectiva recuperabilidade nas operações;
- **Nota Explicativa nº9** – Provisão para demandas judiciais e administrativas;
- **Nota Explicativa nº10** – Prazo e taxa dos ativos e passivos registrados como arrendamento mercantil;
- **Nota Explicativa nº20** – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Empresa revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

3. Políticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações contábeis da Empresa.

3.1. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

3.1.1. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

A moeda funcional da Empresa é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.

3.1.2. Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e as taxas vigentes nos encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.



3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa e saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo máximo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de valor.

3.3. Contas a receber de clientes

Estão apresentadas a valores de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações contábeis. Como a Empresa encontra-se em estágio pré-operacional, todavia não possui montantes relativos a Contas a receber de clientes registrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, e não efetuada uma avaliação para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa, dada essa condição.

3.4. Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração. As importações em andamento estão demonstradas ao custo acumulado de cada importação. Como a Empresa encontra-se em estágio pré-operacional, todavia não possui montantes relativos a Estoques registrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

3.5. Tributação

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais.

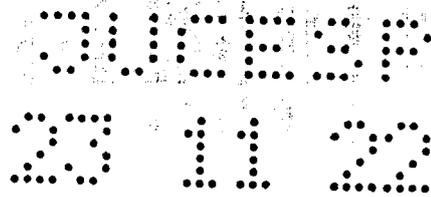
As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço no país em que a Empresa opera e gera receita tributável. Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Imposto de renda e contribuição social – diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto e lei tributária que foram promulgadas na data do balanço. Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados a mesma entidade tributada e sujeitos a mesma autoridade tributária.



3.6. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção menos depreciação ou exaustão acumulada e redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil remanescente dos bens ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor. A exaustão das minas é calculada com base na quantidade de minério extraída e terrenos não são depreciados visto que são considerados como de vida útil indefinida. Os demais gastos são lançados à conta de despesa quando incorridos.

Juros capitalizados

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção e ou produção de ativos qualificáveis são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles resultarão em benefícios econômicos futuros e em que data mesmos estejam prontos para determinarem suas funções de acordo com a forma pretendida pela Empresa.

Custos de Desenvolvimento de Novas Jazidas de Minério

Custos para o desenvolvimento de novas jazidas de minério, ou para a expansão da capacidade das minas em operação são capitalizados e amortizados pelo método de unidades produzidas (extraídas) com base nas quantidades prováveis e comprovadas de minério.

Gastos com Exploração

Gastos com exploração são reconhecidos como despesas até se estabelecer a viabilidade da atividade de mineração; após esse período os custos subsequentes são capitalizados.

Gastos de Remoção de Estéril

Os gastos incorridos durante a fase de desenvolvimento de uma mina, antes da fase de produção, são contabilizados como parte dos custos depreciáveis de desenvolvimento. Subsequentemente, estes custos são amortizados durante o período de vida útil da mina com base nas reservas prováveis e provadas.

Custos de Estéril

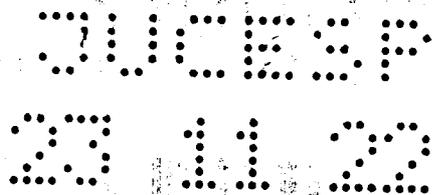
Os custos de estéril incorridos na fase de produção são adicionados ao valor do estoque, exceto quando é realizada uma campanha de extração específica para acessar depósitos mais profundos da jazida. Neste caso, os custos são capitalizados e classificados no ativo não circulante e são amortizados ao longo da vida útil da jazida.

3.7. Impairment

A Empresa avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Empresa aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.



3.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.9. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Empresa possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Empresa espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

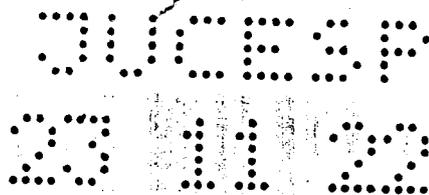
A Empresa é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas, para todas as contingências referentes a processos judiciais e administrativos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Devido sua constituição recente e por estar em um estágio pré-operacional, a Empresa não possui litígios a serem divulgados ou registrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Provisões para desativação de ativos

A Empresa constitui provisão para os custos de recuperação, quando uma perda é provável e os valores dos custos relacionados são razoavelmente determinados. Geralmente, o período de provisionamento do montante a ser empregado na recuperação coincide com o término de um estudo de viabilidade ou do compromisso para um plano formal de ação.

As despesas relacionadas com a observância dos regulamentos ambientais são debitadas ao resultado ou capitalizadas, conforme apropriado. A capitalização é considerada apropriada quando as despesas se referem a itens que continuarão a beneficiar a Empresa e que sejam basicamente pertinentes à aquisição e instalação de equipamentos para controle da poluição e/ou prevenção.



As obrigações com desativação de ativos "A.R.O." (*Asset retirement obligation*) consistem em estimativas de custos por desativação, desmobilização ou restauração de áreas ao encerramento das atividades de exploração e extração de recursos minerais. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, pelo acréscimo de despesas ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

A Empresa, todavia, não efetuou o cálculo por ainda estar em uma fase pré-operacional.

3.10. Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração

i) Ativos financeiros

Reconhecimento e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Empresa para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Empresa tenha aplicado o expediente prático, a Empresa inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros da Empresa e suas controladas incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas e outros créditos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado;
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida com partes relacionadas)

A Empresa mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Empresa ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, empréstimos a coligadas.



ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, conforme o caso. A Empresa determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Empresa incluem fornecedores, contas a pagar com partes relacionadas e outras obrigações.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado;
- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Empresa não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

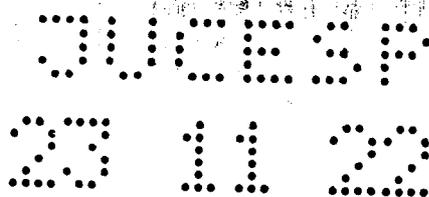
Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Esta é a categoria mais relevante para a Empresa. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Foram classificados nessa categoria outras obrigações.

3.11. Arrendamentos

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.



3.12. Novas normas, alterações e interpretações já adotadas no exercício

Durante o exercício de 2021 foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e IASB a revisão das normas listadas abaixo, já vigentes no exercício de 2021. Tais pronunciamentos contábeis se tornaram efetivos a partir de 1º de janeiro de 2021, e foram adotados pela Empresa, sem impactos significativos nos resultados e posição financeira da Empresa.

- CPC 06 (R2) /IFRS 16 – Arrendamentos;
- CPC 11/IFRS 4 – Contratos de Seguro;
- CPC 15 (R1) /IFRS 3 – Combinação de Negócios;
- CPC 25/IFRS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;
- CPC 27/IAS 16 – Ativo Imobilizado;
- CPC 40/IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação;
- CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

As alterações foram avaliadas e adotadas pela Administração da Empresa, e não houve impactos em suas demonstrações contábeis quanto a sua aplicação.

Adicionalmente, o IASB trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 1º de janeiro de 2023 com a convergência dos pronunciamentos pelo CPC, sendo:

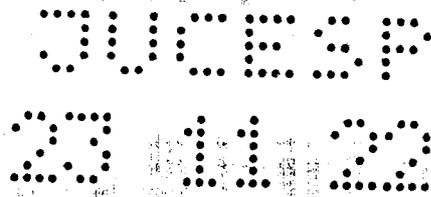
- CPC 26 (R1) /IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis
- CPC 23/IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
- CPC 50/IFRS 17 – Contratos de seguros.

A Administração da Empresa está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Valores expressos em reais (R\$)	2021	2020
Caixa	2.500	0
Bancos – conta corrente	10	10
Bancos – aplicações financeiras	664.799	31.503
Total	667.309	31.513

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que estão representados por aplicações financeiras em fundos DI e Certificados de Depósito Bancário, com liquidez diária, remunerados à taxa 75% a 102% do CDI, tendo como contraparte bancos de primeira linha.



5. Imobilizado

Os saldos finais do imobilizado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, são compostos da seguinte forma:

	Taxa anual de depreciação - %	31/12/2021		31/12/2020	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Valores expressos em reais (R\$)					
Direito de uso (arrendamento mercantil)	33	515.900	(43.340)	472.560	-
Jazidas		1.238.300	-	1.238.300	453.442
Máquinas e equipamentos	10	304.720	(3.883)	300.837	967
Móveis e utensílios	10	47.350	(3.133)	44.217	495
Imobilizado em andamento (Adiantamentos) (I)		6.177.119	-	6.177.119	-
Total		8.283.389	(50.356)	8.233.033	454.904

A movimentação dos saldos do imobilizado está demonstrada a seguir:

Valores expressos em reais (R\$)	2021	2020
Saldo em 1º de janeiro	454.904	455.388
Aquisições	7.825.107	-
Depreciação (ano)	(46.978)	(484)
Saldo em 31 de dezembro	8.233.033	454.904

(i) Do total desse montante, R\$5 milhões referem-se a pagamentos efetuados a IMIC – Indústria Mecânica Irmãos Corgozinho, relativo à aquisição de máquinas e equipamentos para extração de minérios.

6. Intangível

Os saldos finais do intangível dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, são compostos da seguinte forma:

Valores expressos em reais (R\$)	Taxa anual de depreciação - %	31/12/2021		31/12/2020	
		Custo	Amortização/ Baixa	Líquido	Líquido
Direito de Lavra		2.119.294	(450.000)	1.669.294	2.119.294
Software	20	12.774	(12.774)	-	-
Direito de uso de marcas	0	2.382	-	2.382	2.382
Total		2.134.450	(462.774)	1.671.676	2.121.676

DIBAS

2021

8.b. Passivo de arrendamento

Valores expressos em reais (R\$)	Arrendamento aluguéis
Em 01 de janeiro de 2020	-
(+) Correção ajuste IGPM	-
(+) Ajuste despesas financeiras	-
(-) Pagamentos	-
Em 31 de dezembro de 2020	-
(+) Adições	720.000
(+) Correção ajuste IGPM	-
(-) Ajuste despesas financeiras	198.553
(-) Pagamentos	24.418
Em 31 de dezembro de 2021	497.029
Curto prazo	168.770
Longo prazo	328.259

8.c. Saldos reconhecidos na demonstração do resultado

Ativo	2021	2020
Valores expressos em reais (R\$)		
Terenos	64.470	-
Total pagamentos	64.470	-
Despesas ligadas a pagamentos de arrendamentos variáveis, não incluídos em passivos de arrendamentos		
Total	64.470	-

9. Fornecedores

Valores expressos em reais (R\$)	2021	2020
Fornecedores nacionais	281.297	5.635
Fornecedores exterior	0	0
Outros	0	0
Total	281.297	5.635

10. Tributos a recolher

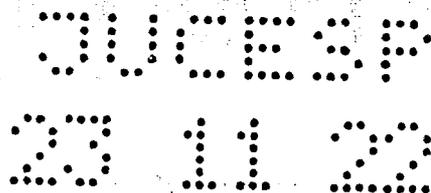
Valores expressos em reais (R\$)	2021	2020
Imposto de renda e contribuição social	239	14
Tributos retidos	73.331	-
Total	73.570	14

11. Patrimônio líquido

11.1. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2021 e 2020, totalmente subscrito e integralizado, é representado por quotas no valor de R\$1,00 (unidade de um real cada), estando assim dividido:

Acionista	2021	2020
Valores expressos em reais (R\$)		
Alexandre Mendonça Wald	2.019.164	1.839.164
Arnoldo Wald Filho	2.019.164	1.839.164
Total	4.038.328	3.678.328



11.2. Reserva de capital

Não houve constituição de reserva de capital em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

11.3. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Como a Empresa encontra-se em estágio pré-operacional, não destinou reserva em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

11.4. AFAC

O montante de R\$ 9.491.317 em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 110.000 em 2020 referem-se a adiantamento para futuro aumento de capital, efetuado pelos acionistas, os quais possui expectativa de integralização no transcorrer de 2022.

Acionista	2021	2020
Valores expressos em reais (R\$)		
Alexandre Mendonça Wald	4.662.758	55.000
Arnoldo Wald Filho	4.828.559	55.000
Total	9.491.317	110.000

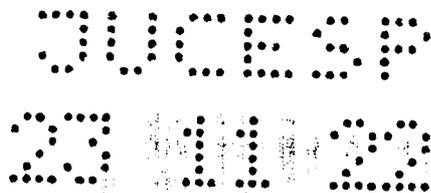
Distribuição de lucros

O contrato social da Empresa não estipula dividendos mínimos obrigatórios. A administração da Empresa não aprovou o pagamento de dividendos no ano 2021 e 2020 nem foi feita provisão de JSCP, devido aos prejuízos incorridos nos exercícios.

12. Despesas administrativas

A seguir demonstramos o detalhamento das despesas por natureza:

Valores expressos em reais (R\$)	2021	2020
Despesas com pessoal	294.267	=
Serviços prestados	579.552	22.598
Despesas diversas	146.976	0
Honorários advocatícios	243.716	0
Depreciação	46.979	484
Marketing	8.600	=
Viagens	134.006	=
Aluguéis	86.397	=
Segurança e vigilância	41.410	=
Telecomunicações	1.085	=
Impostos e taxas	936	668
Total	1.583.924	23.750



13. Resultado financeiro

Valores expressos em reais (R\$)	2021	2020
Receitas financeiras	3.313	1.376
Outras receitas financeiras	102	-
Total	3.415	1.376

Valores expressos em reais (R\$)	2021	2020
Despesas financeiras	1.850	1.144
Juros arrendamento	21.129	-
Total	22.979	1.144
Resultado financeiro	19.564	232

14. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

14.1. Gestão de riscos

O programa de gestão de risco global da Empresa concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Empresa.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central, que identifica, avalia e protege a Empresa contra eventuais riscos financeiros.

a) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa e exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de risco individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela equipe de análise de crédito regional. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

A administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

b) Risco de taxa de câmbio

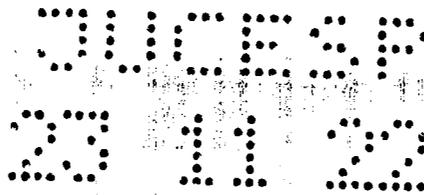
A Empresa atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições em dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras e ativos e passivos reconhecidos registrados em moeda diferente da moeda funcional da entidade.

c) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Empresa não tem ativos significativos em que incidam juros. A Empresa também não possui empréstimos de longo prazo captados no mercado sujeitos a flutuações nas taxas de juros.

d) Risco de liquidez

A Empresa monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a entidade tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é mantido em contas bancárias.



A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Empresa, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2021					
Fornecedores	281.297				
Contas a pagar partes relacionadas					
Passivos de arrendamento		497.029			
Em 31 de dezembro de 2020					
Fornecedores	5.635				
Contas a pagar partes relacionadas					

14.2. Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da Empresa são: caixa e equivalentes de caixa, fornecedores, créditos e débitos com partes relacionadas, contas a pagar a fornecedores e outros créditos e débitos.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é definido como sendo o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes relacionadas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

A Empresa não mantinha contratos de instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

14.3. Gestão de capital

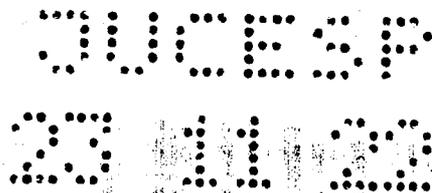
Os objetivos da Empresa ao administrar o capital são de salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas.

A gestão de capital da Empresa é realizada de forma centralizada pela tesouraria global, que incentiva a utilização do capital próprio para financiamento das atividades locais e monitora os índices de endividamento. A Empresa não possui financiamentos bancários ou empréstimos com partes relacionadas, desta maneira, não possui índices de alavancagem financeira.

15. Eventos subsequentes

A integralização dos AFACs foi concretizada em 07 de junho de 2022, conforme AGE.

* * *

**ANEXO III****ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 01 DE NOVEMBRO DE 2022****CNPJ/MF nº 14.482.711/0001-54****NIRE 35.300.414.365****BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES**

Boletim de subscrição do aumento de capital no valor total de R\$13.700.900,00 (treze milhões, setecentos mil e novecentos reais), representado pela emissão de 13.700.900 (treze milhões, setecentas mil e novecentas) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data.

SUBSCRITOR	Nº DE AÇÕES SUBSCRITA S	VALOR SUBSCRITO R\$	DATA DA INTEGRA LIZAÇÃO	FORMA DE INTEGRALIZ AÇÃO
ALEXANDRE DE MENDONÇA WALD CPF nº 532.910.007-06	13.700.900	R\$13.700.900,00	01.11.22	Em moeda corrente do País

São Paulo, 01 de novembro de 2022

ALEXANDRE DE MENDONÇA WALDAlexandre de Mendonça Wald
*Presidente*Arnoldo Wald Filho
Secretário



ANEXO IV

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 01 DE NOVEMBRO DE 2022**

CNPJ/MF nº 14.482.711/0001-54

NIRE 35.300.414.365

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES

Boletim de subscrição do aumento de capital no valor total de R\$13.700.900,00 (treze milhões, setecentos mil e novecentos reais), representado pela emissão de 13.700.900 (treze milhões, setecentas mil e novecentas) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data, sendo que deste total, R\$401.800,00 (quatrocentos e um mil e oitocentos reais) foram aportados como AFAC na Companhia da seguinte forma: (i) 01 (um) veículo da marca Mitsubishi - Modelo L200 – Triton Outdoor GLX 2.4 - Ano 2021/2022 – Cor Prata – CHASSI: 93XDJKL1TNCM47984 - Placa RKE5B78, no valor de R\$200.900,00 (duzentos mil e novecentos reais); e (ii) 01 (um) veículo da marca Mitsubishi - Modelo L200 – Triton Outdoor GLX 2.4 - Ano 2021/2022 – Cor Prata – CHASSI: 93XDJKL1TNCM48013 - Placa RJR5C14, no valor de R\$200.900,00 (duzentos mil e novecentos reais).

SUBSCRITOR	Nº DE AÇÕES SUBSCRITAS	VALOR SUBSCRITO R\$	DATA DA INTEGRA LIZAÇÃO	FORMA DE INTEGRALIZA ÇÃO
ARNOLDO WALD FILHO CPF nº 768.907.327-15	13.700.900	R\$13.700.900,00	01.11.22	Em moeda corrente do País e veículos

São Paulo, 01 de novembro de 2022

ARNOLDO WALD FILHO

Alexandre de Mendonça Wald
Presidente

Arnoldo Wald Filho
Secretário



PROTÓCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://izisign.com.br/Verificar/CF93-74D9-5B4C-1705> ou vá até o site <https://izisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: CF93-74D9-5B4C-1705



Hash do Documento

60CF4FDB48FE7EED7F5D1BD470ACCE8CF5C4C8A59AC04FB8E126A746DD553B84

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 08/11/2022 é(são) :

Arnoldo Wald Filho - 768.907.327-15 em 08/11/2022 14:41 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

Alexandre de Mendonça Wald - 532.910.007-06 em 08/11/2022 14:38 UTC-03:00

Nome no certificado: Alexandre De Mendonca Wald

Tipo: Certificado Digital





CNPJ 14.482.711/0001-54 **Razão Social** 3A MINING S.A. **Data de Publicação** 03/11/2022 18:56:11 **Hash de Publicação** BEB8F278CDDCE0AC63AE3B20538FEA5C5678027B

Balanco Patrimonial (BP)

Data de Início 01/01/2021 **Data de Fim** 31/12/2021 **Consolidada** Não **Origem** Participante-Upload

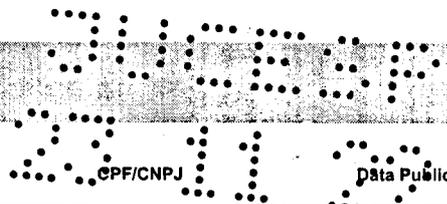
Título
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Descrição
BALANÇO PATRIMONIAL, DRE E DEMAIS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Anexos

Tipo de Anexo	Título	Descrição
---------------	--------	-----------

Publicante



Nome

CPF/CNPJ

Data Publicação

Perfil

Tipo de Acesso

3A MINING S.A.:14482711000154

14.482.711/0001-54

03/11/2022 18:56:11

Participante

Certificado Digital



CNPJ 14.482.711/0001-54	Razão Social 3A MINING S.A.	Data de Publicação 03/11/2022 18:59:50	Hash de Publicação 8817B75A964CC9D6D41B0873672FC9BC1C87B607
-----------------------------------	---------------------------------------	--	---

Ata de Assembleia Geral Extraordinária (Ata AGE)

Data de Início 07/06/2022	Data de Fim 07/06/2022	Consolidada	Origem Participante-Upload
-------------------------------------	----------------------------------	--------------------	--------------------------------------

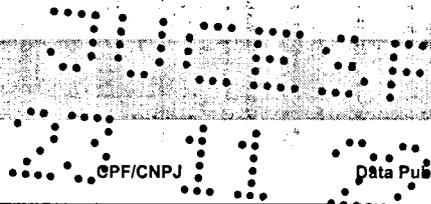
Título
ATA AGE - 3A MINING

Descrição
ATA AGE DE 07/06/2022 REGISTRADA EM 22/06/2022

Anexos

Tipo de Anexo	Título	Descrição
----------------------	---------------	------------------

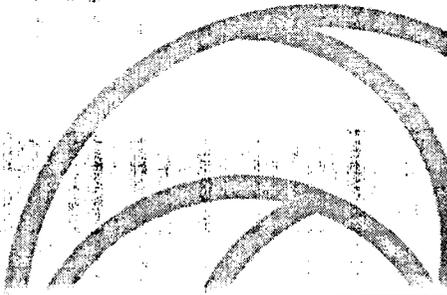
Publicante



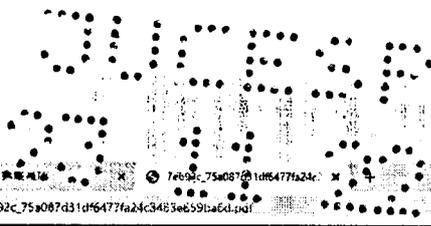
Nome	CPF/CNPJ	Data Publicação	Perfil	Tipo de Acesso
3A MINING S.A.:14482711000154	14.482.711/0001-54	03/11/2022 18:59:50	Participante	Certificado Digital



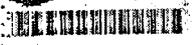
3A Mining S.A.
Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020



Digite aqui para pesquisar



JUCESP PROTOCOLO
0.709.869/22-8



3A MINING S.A.

CNPJ/MF nº 14.482.711/0091-54
NIRE 35.300.414.365

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 2022**

- (I) **DATA, HORÁRIO E LOCAL:** 07 de junho de 2022, às 09:00 horas, na sede da Companhia, na Rua Pius de Araújo, 29, 9º andar, Conj. 93, sala 4, CEP 04531-940, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária os acionistas da sociedade por ações de capital fechado 3A MINING S.A. ("Companhia").
- (II) **MESA:** Alexandre de Mendonça Wald, Presidente da Mesa; (ii) Arnoldo Waid Filho, Secretário da mesa.
- (III) **CONVOCAÇÃO:** Dispensada em razão de haver comparecido a totalidade dos acionistas nos termos do §4º, do artigo 124, da Lei nº 6.404/76 ("LSA").
- (IV) **PRESENCAS:** Acionistas representando a totalidade do capital social.
- (V) **ORDEM DO DIA:** (i) criação de nova filial, na Cidade de Corumbá, estado de Mato Grosso do Sul, que servirá como escritório administrativo; (ii) alteração do objeto social da Companhia, com a consequente alteração do Artigo 3º de seu Estatuto Social; (iii) aprovação do aumento do capital social da Companhia, com a consequente alteração do Artigo 5º de seu Estatuto Social; e (iv) consolidação do Estatuto Social, com a sua reforma e nova redação, a

Por: Alexandre Wald Filho - Presidente da Assembleia Geral Extraordinária e Secretário da Mesa. 07/06/2022